 doi: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2024.53002

SOBERANIA, ECONOMIA E SOCIEDADE:
UM PANORAMA HISTÓRICO DO BRASIL E DESAFIOS ATUAIS

Fábio Crocco[*]

Resumo: A crise do neoliberalismo e o despertar da Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada (RPMA) fundamentam o fenômeno atual do neoestatismo e apontam para uma conjuntura de ascensão das políticas estratégicas focadas em soberania. Nesse contexto, notamos a revalorização do papel do Estado-nação na condução de estratégias político-econômicas de desenvolvimento e na redefinição das formas de integração na globalização. Diante dessa conjuntura macropolítica, econômica e social e dos desafios que ela apresenta ao Brasil, este artigo propõe três movimentos teóricos: (1) uma reflexão histórica a respeito da soberania nacional a partir do enlace de economia e sociedade, (2) uma análise sobre o contexto global-local da soberania e das políticas econômicas e industrializantes do Brasil na atualidade e, por fim, (3) ponderações sobre as soberanias laboral e digital, enquanto elementos estruturantes para a construção de uma soberania nacional efetiva, democrática e socialmente inclusiva.

Palavras-chave: Soberania; Reestruturação; Neoestatismo; Laboral; Digital.

SOVEREIGNTY, ECONOMY AND SOCIETY:
A HISTORICAL OVERVIEW OF BRAZIL AND CURRENT CHALLENGES

Abstract: The crisis of neoliberalism and the awakening of the Productive Restructuring of Advanced Manufacturing (RPMA, acronym in Portuguese) underpin the current phenomenon of neo-statism and point to a situation in which strategic policies focused on sovereignty are on the rise. In this context, we see a revaluation of the role of the nation-state in conducting political and economic development strategies and in redefining the forms of integration in globalisation. Faced with this macro-political, economic and social context and the challenges it presents to Brazil, this article proposes three theoretical movements: (1) a historical reflection on national sovereignty based on the link between economy and society, (2) an analysis of the global-local context of sovereignty and Brazil's economic and industrialising policies today and, finally, (3) considerations on labour and digital sovereignty as structuring elements for the construction of an effective, democratic and socially inclusive national sovereignty.

Keywords: Sovereignty; Restructuring; Neo-statism; Labour; Digital.

SOBERANÍA, ECONOMÍA Y SOCIEDAD:
PANORAMA HISTÓRICO DE BRASIL Y DESAFÍOS ACTUALES

[*] É professor do Departamento de Humanidades (IEFH) do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Brasil e membro do Laboratório de Cidadania e Tecnologias Sociais (LabCTS). É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil, na linha de pesquisa Determinações do Mundo do Trabalho, com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES), vinculado à Universidade de Coimbra, Portugal (2014). Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado (2005) e Licenciatura (2006) - e mestrado em Filosofia pela UNESP (2008). Atua com foco na Sociologia do Trabalho, nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), nas Tecnologias Sociais e na Teoria Crítica. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1796-3060. Contato: fabiofltc@gmail.com.

Resumen: La crisis del neoliberalismo y el despertar de la Reestructuración Productiva de la Manufactura Avanzada (RPMA) apuntalan el fenómeno actual del neoestatismo y apuntan a una situación en la que las políticas estratégicas centradas en la soberanía están en auge. En este contexto, asistimos a una revalorización del papel del Estado-nación en la conducción de las estrategias de desarrollo político y económico y en la redefinición de las formas de integración en la globalización. Frente a esta situación macro-política, económica y social y a los desafíos que presenta para Brasil, este artículo propone tres movimientos teóricos: (1) una reflexión histórica sobre la soberanía nacional basada en el vínculo entre economía y sociedad, (2) un análisis del contexto global-local de la soberanía y de las políticas económicas e industrializadoras de Brasil en la actualidad y, por último, (3) consideraciones sobre la soberanía laboral y digital como elementos estructurantes para la construcción de una soberanía nacional efectiva, democrática y socialmente inclusiva.

Palabras clave: Soberanía; Reestructuración; Neoestatismo; Laboral; Digital.

---

1 Introdução

Vivemos uma encruzilhada histórica com a crise do neoliberalismo e o despertar da Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada (RPMA)[1], pois a revalorização do papel do Estado-nação e de sua soberania, pode resultar em caminhos distintos. Como, por exemplo, o liberal, excludente e maximizador das desigualdades, a partir dos interesses dos grupos econômicos dominantes, ou o democrático, repolitizador da economia e promotor de políticas de bem-estar social, que anseia à autodeterminação político-econômica do Estado, o pleno emprego qualificado e a defesa das classes mais pobres.

Diante dessa nova conjuntura global, marcada pelo fenômeno do neoestatismo[2], torna-se importante resgatar o panorama histórico da soberania brasileira para que possamos analisar nossas experiências, desafios e oportunidades e, consequentemente, traçar estratégias de ressignificação e retomada contextualizadas no presente.

A discussão da soberania se desdobra em inúmeras perspectivas teóricas e analíticas no campo da Ciência Política, desde a formação do Estado Moderno até suas transformações e papéis mais recentes. Porém, o objetivo deste artigo é mais modesto e focado em (1) refletir sobre a história da soberania do Brasil, sob o enfoque principal da relação entre economia e sociedade a partir do século XX, (2) analisar o contexto global-local da soberania na atualidade, marcado pelo questionamento do neoliberalismo e pelo despertar de uma nova reestruturação produtiva conduzida prioritariamente pelos Estados, e sobre as políticas econômicas e

---

[1] CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Metamorfoses da Globalização e a Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 46, n. 253, p. 359–387, 2021.
[2] GERBAUDO, Paolo. *O Grande Recuo:* a política pós-populismo e pós-pandemia. Trad. Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.

industrializantes, contextualizadas nesse processo mais amplo, propostas a partir de 2023 no Brasil e, por fim, (3) ponderar a respeito de dois desdobramentos da soberania socioeconômica e produtiva, fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática, autodeterminada e igualitária: as soberanias laboral e digital.

Este artigo é fruto de uma pesquisa iniciada em 2019 e de um *continuum* de reflexões teóricas sobre as transformações sociais da atualidade que demonstram estarmos presenciando uma reestruturação sociopolítica e econômica com efeitos profundos e diversos no Estado, nos meios de produção, na natureza do trabalho, nas relações laborais e na sociabilidade.

A redefinição do papel do Estado-nação (pós-neoliberal) em direção a construção de estratégias de soberania são consequências dessas transformações sociais de base que alteram as dinâmicas política e econômica internacional e local e que exigem de nós, agentes sociais em processo, compreensão, diligência e empenho na construção de caminhos que resultem em benefícios coletivos à sociedade brasileira.

2 Panorama histórico de soberania, economia e sociedade

Na sociedade capitalista em que estamos inseridos, o exercício da soberania está alicerçado nas relações internacionais e na tensão geopolítica estruturada numa economia de mercado financeirizada, globalizada e competitiva. Economia, política e poder militar são elementos indissociáveis na competição dos países para melhor alocarem-se e usufruírem dos benefícios de posições qualificadas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A história do capitalismo articulada aos movimentos de soberania dos Estados-nação é bem representada pelos três grandes momentos da DIT, (Capitalismo Comercial, Capitalismo Industrial e Capitalismo Financeiro), que ao longo dos últimos 200 anos hierarquizaram política e economicamente o centro, a semiperiferia e a periferia global, articulando de forma dependente e especializada as duas últimas ao primeiro[3].

O Sul Global, enquadrado na DIT como periferia e semiperiferia, foi e, em muitos casos, ainda é refém do processo de expansão e exploração das economias do centro capitalista. A América Latina, conforme destaca Fernandes[4], passou por fases e formas de dominação externa, (Colonização, Neocolonização, Imperialismo e Capitalismo Corporativo ou Monopolista), articuladas ao desenvolvimento e à transformação do capitalismo, que evidenciam os limites das soberanias nacionais na região, pois, apesar da independência formal

[3] POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
[4] FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. *In*: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

de seus países, persiste o posicionamento subalterno e subjugado desses territórios a uma lógica denominada *Capitalismo Dependente*[5].

Apesar das forças políticas e econômicas exercidas externamente[6] para a manutenção dessa dominação, alguns países da América Latina, com destaque para o Brasil, a partir de suas próprias forças políticas internas e da conjuntura internacional, conseguiram adquirir uma *posição de barganha* na economia mundial[7]. No período de 1929 a 1979, como destaca Cano, evidenciou-se no Brasil um 'longo e excepcional grau de soberania nacional no exercício e no manejo da política econômica de "desenvolvimento"[8].

Apesar das controvérsias sobre a qualidade dessa soberania, conforme posicionamentos críticos de intelectuais e representantes da teoria da dependência[9], é evidente que nesse período o debate desenvolvimentista avança e resulta numa postura ativa do Estado brasileiro na construção de políticas públicas preocupadas com a industrialização e o fortalecimento da soberania nacional.

Alguns resultados práticos são elucidativos para contextualizar a efetivação dessas políticas de soberania.

A valorização da industrialização como forma de enfrentamento do subdesenvolvimento e da dependência, orientada pelos interesses da coalizão de classes pós-Primeira República[10] e pelo protagonismo teórico e político da CEPAL[11], impulsionaram o processo de industrialização (tardia) nacional. A partir de práticas orientadas pelo keynesianismo, Vargas e os governos que o sucedeu promoveram políticas de intervenção estatal com a finalidade de suprir necessidades de bens de produção e bens de capital para criar infraestrutura e alavancar o processo de industrialização. Empresas estatais foram criadas para superar a velha ideologia da *vocação agrária* que imperava até então em benefício das elites agroexportadoras e do centro capitalista. Dentre as empresas estratégicas criadas estão, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia

---

[5] *Idem*.
[6] Forças externas com alianças internas: "de fora para dentro" (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e "de dentro para fora" (da periferia para os centros hegemônicos).
[7] FERNANDES, Padrões de dominação externa na América Latina, *cit*., p.19.
[8] CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, p. 831-851, 2012, p. 7.
[9] *E.g.* Celso Furtado, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra.
[10] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil:* sociedade, economia e estado desde a Independência. 2ª ed., São Paulo: Editora 34, 2015.
[11] A *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de promover a cooperação para o desenvolvimento econômico. Formada, em meados do século XX, por economistas estruturalistas, com destaque para o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Fábrica Nacional de Motores (FNM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Petrobras.

Nesse período de aproximadamente cinquenta anos (1930 a 1980), políticas industrializantes distintas foram implementadas, com destaque para os governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954), Kubistchek (1956-1961) e militares (1964-1985), e, apesar de suas singularidades e de suas características menos ou mais dependentes do capital e de tecnologias externas, chama a atenção o fato de que em 1930 os postos de trabalho na indústria de transformação equivaliam a 7,6% do total das ocupações do país e o Brasil possuía apenas 0,8% do total do emprego industrial do mundo. Em 1980 o peso do emprego da indústria de transformação elevou-se para quase 20% e passou a representar 4,1% do volume mundial de postos de trabalho[12]. Articulado a esse processo, vemos nesse período a expansão das escolas técnicas e tecnológicas no Brasil, com destaque para o fato de que em 1930 havia apenas 13 escolas de engenharia no país e no final de 1970 esse número subiu para 117[13].

Fazendo uma digressão da questão da industrialização, mas mantendo o foco na ascensão da soberania nacional, Bresser-Pereira explica que as relações internacionais do Brasil refletiram os grandes ciclos e pactos políticos que marcaram a história nacional interna articulada aos movimentos do centro capitalista[14]. Parafraseando Hélio Jaguaribe, Bresser-Pereira aponta que antes de 1930 a diplomacia brasileira era "ornamental" e não representava os interesses nacionais brasileiros[15]. Mas a partir dos anos 30, alinhada com a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, a diplomacia brasileira se organiza administrativamente a partir de um corpo de servidores públicos profissionais de primeira qualidade, comprometidos com a soberania nacional. Segundo Bresser-Pereira, "uma política externa nacionalista e pragmática somente ganhou corpo no Brasil a partir de 1930"[16]. Seguindo o Ex-Ministro das Relações Exteriores, Bresser-Pereira evidencia a mudança e o compromisso das relações externas brasileiras a partir de sua profissionalização em meados do século XX:

---

[12] POCHMANN, *O emprego na globalização, cit.*, p. 38-39.

[13] Relacionado à luta pela educação das décadas de 70 e 80 no Brasil, materializada na Constituição Cidadã de 1988, e à expansão da rede pública e privada de Ensino Superior, "a partir da segunda metade da década de 90, houve um crescimento significativo no número de Escolas, que fez com que esse número fosse quadruplicado em menos de 30 anos. No final de 2008, já havia mais de 450 Escolas de Engenharia abertas país afora, no entanto, continuando a refletir as desigualdades regionais em termos socioeconômicos". CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). *Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia* – volume I: Engenharias/ Vanderlí Fava de Oliveira (org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010, p. 43.

[14] BRESSER-PEREIRA, *A construção política do Brasil, cit.*, p. 22.

[15] *Ibidem*, p. 23.

[16] *Ibidem*, p. 24.

> Celso Lafer (2001, pp. 87-8), que, como eu, é discípulo de Hélio Jaguaribe, a vê [a soberania nacional] como um instrumento essencial da construção da nacionalidade, que requer a superação de "falhas de formação". "Dai", nos diz ele, "a ideia força de um nacionalismo integrador do espaço nacional, baseado no desenvolvimento." Daí, "a lógica de um nacionalismo de fins" visando "a uma integração controlada na economia mundial" e à "construção de um espaço de autonomia nacional"[17].

Retomando a questão da industrialização, com foco em pesquisa, desenvolvimento e autonomia empresarial no campo da tecnologia da informação no Brasil, Borges destaca:

> O Estado brasileiro tem uma longa história de experimentação com criação de tecnologia que se iniciou com a política de substituição de importações na década de 30 e continuou com variações ao longo do século passado (Vigevani, 1995, p. 73). Na área de computadores, a experiência com a indústria de informática, promovida pelo Estado na década de 70, representou uma ousada tentativa de criar capacidade tecnológica autônoma (Evans, 1995). Esses esforços são inseparáveis dos objetivos que sustentaram um consenso sobre o modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria perseguir[18].

No campo da tecnologia da informação, o Brasil implementou entre 1974 e 1985 uma experiência, nos moldes desenvolvimentistas empreendidos na siderurgia, no petróleo e na aeronáutica, de criar uma indústria nacional do nada e à revelia dos interesses externos. Criadas com verbas estatais, as empresas COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.) e Digibrás (Empresa Digital Brasileira S.A.) tinham como meta promover engenharia reversa a partir das máquinas (*hardwares*) existentes no mercado e, consequentemente, criar tecnologia nacional[19]. Apesar da breve experiência e do enfrentamento de inúmeros desafios políticos, econômicos e técnicos, a criação de uma indústria nativa de computadores, prevista no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT) do governo Geisel (Vigevani, 1995, p. 84), foi atingida e gerou *know-how* interno importante para o enfrentamento dos desafios tecnológicos das décadas seguintes[20].

Apesar dos desafios políticos e econômicos desse longo período (1929 a 1979), das promessas não realizadas relacionadas ao processo de industrialização, à superação da dependência tecnológica e à superação do subdesenvolvimento[21], observou-se uma

---

[17] *Ibidem*, p. 23, grifo nosso.

[18] BORGES, Bruno. Desenvolvimento e Autonomia: o Brasil e a Tecnologia de Informação em Perspectiva Histórica Comparada. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 8, 2011, p. 78.

[19] VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática:* uma análise sobre formulação da política exterior. São Paulo: Alfa Omega/Edusp, 1995, p. 85.

[20] *Ibidem*, p. 95.

[21] Conforme argumentam intelectuais da teoria da dependência, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, a industrialização não é por si só condição de superação da dependência política e econômica externa e do subdesenvolvimento, pois o desenvolvimento não ocorre por etapas (*etapismo*) a serem mimetizadas

transformação social significativa no país, que, mesmo com suas contradições e desigualdades, chegou a ser em 1980 um dos países mais industrializados e a oitava economia do mundo.

A promessa não cumprida de "fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo", conforme pregava o economista Delfim Netto, foi um revés profundo na sociedade brasileira e contou politicamente contra as políticas de desenvolvimento e soberania praticadas. A crise da dívida externa e inflacionária que acometeu países da América Latina e o Brasil na década de 80, articulada à crise econômica global e a ascensão do neoliberalismo guiado pelos EUA e Inglaterra (Reagan-Thatcher), resultou na mudança de rumo da economia-política nacional.

Em 1979, na esteira da reestruturação do capitalismo global, os EUA "impuseram o chamado 'Consenso de Washington', centrado na dominação pela finança internacional. Isso reduziu fortemente nossa soberania nacional"[22]. Para elucidar as características exploratórias desse novo ideário político e econômico, Cano aponta que "esta nova tecnocracia não tem compromisso duradouro com o serviço público nem com o país e, muito menos, com o povo; não raro, fez de sua curta passagem pelo governo um meio eficaz de enriquecer rapidamente, vendendo seus serviços ao capital internacional"[23].

A partir de 1990, vivenciamos um período de grandes transformações sociais no Brasil diante do alinhamento com os ideais neoliberais, conforme destaca Anderson[24]. Esse período, ideologicamente denominado de *globalização*, é marcado pela abertura comercial no Governo Collor, que rompe, definitivamente, com as políticas econômicas desenvolvimentistas pregressas e assume a postura liberal e dependente[25]. No campo das relações exteriores, ainda vemos resistências às pressões externas, como foi o caso da não adesão ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) no Governo FHC e o início de uma política internacional voltada à América do Sul com a criação do MERCOSUL, mas no campo econômico intensificou-se os processos de liberalização e privatização. As novas políticas econômicas implementadas no Brasil, associadas à abertura comercial, à política de sobrevalorização do câmbio, aos juros altos e à necessidade de atração de capitais externos, configuram, como

---

dos países ricos, alcançadas e ultrapassadas linearmente. Nesse sentido, conforme nos ensina Celso Furtado (1961), o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma forma de organização social no interior do capitalismo gestada historicamente a partir dos processos e relações de produção, consumo, mercado, acumulação de capital, exploração do trabalho e organização social entre centros e periferias. De forma geral, a partir dessa perspectiva teórica, a superação do subdesenvolvimento exige, não apenas a modernização e a industrialização econômica, mas o rompimento com a dependência e a subordinação política, econômica, tecnológica e cultural em relação aos países do centro capitalista.

[22] CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 8.

[23] *Idem*.

[24] ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In:* GENTILI, Paolo; SADER, Emir. (Org.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

[25] BRESSER-PEREIRA, *A construção política do Brasil, cit.*, p. 26.

destaca Gennari, "um novo padrão de acumulação ou uma nova estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista" [26].

A mudança na política econômica resultou em profundos impactos na soberania nacional, com consequências no desenvolvimento industrial, tecnológico e na geração de empregos de qualidade e renda, por exemplo. Bresser-Pereira afirma que a partir desse momento, no quadro do Pacto Liberal-Dependente de 1991, o país voltou, por um tempo, à condição semi-colonial que tivera antes de 1930 e explica que isso foi resultado da "hegemonia ideológica neoliberal que começa nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos 1980 e atinge o Brasil nos anos 1990, depois do fracasso dos economistas progressistas desenvolvimentistas em controlar a inflação" [27]. Nesse sentido, Cano explica que "com os nefastos efeitos, porém, da década perdida de 1980 e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave" [28].

Sobre o mesmo contexto, Pochmann discute a baixa geração de postos de trabalho qualificados e aponta que "entre 1990 e 1998, os postos de trabalho qualificados foram reduzidos em 12,3% no Brasil, enquanto as ocupações não-qualificadas cresceram 14,2%"[29]. Além disso, com base em dados da Organização Mundial do Trabalho, Pochmann notou o baixo crescimento dos postos de trabalho vinculados ao setor de pesquisa e tecnologia em comparação com a ocupação total no Brasil. De acordo com os dados apresentados, "entre 1980 e 1996, por exemplo, a taxa de variação média anual destes postos de trabalho foi de 0,66%, bem abaixo da taxa de países como Cingapura (6,8%), Hong Kong (7,2%), Coréia (8,3%) e Venezuela (1,4%)"[30].

Portanto, a estratégia heteronômica de integração passiva e subordinada à economia mundial resultou, na última década do século XX, em desafios nacionais para a soberania laboral, diante da estruturação da nova Divisão Internacional do Trabalho, com destaque para o baixo crescimento econômico, medíocre variação da renda nacional, insuficiente criação de postos de trabalho (na maioria das vezes de baixa qualificação), redução dos empregos qualificados, "em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto"[31].

---

[26] GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa e Debate*, v. 13, n. 1, 2002, p. 41.
[27] BRESSER-PEREIRA, *A construção política do Brasil*, *cit.*, p. 300-301.
[28] CANO, A desindustrialização no Brasil, *cit.*, p. 833.
[29] POCHMANN, *O emprego na globalização*, *cit.*, p. 39.
[30] *Idem*.
[31] *Ibidem*, p. 40.

Nesse contexto, tema relacionado ao declínio da soberania e da autodeterminação econômica, tecnológica e laboral é a desindustrialização brasileira. Apesar das abordagens controversas sobre o tema, a desindustrialização nacional foi analisada por Cano como precoce, nociva e regressiva ao desenvolvimento econômico[32]. Dentre os principais fatos destacados por Cano como causadores da desindustrialização, a partir da década de 1990, estão: (1) a política cambial instaurada a partir do Plano Real, as reformas liberalizantes, o câmbio valorizado e juros reais excessivamente altos, que, dentre outros fatores, resultam na crescente perda de competitividade internacional da indústria brasileira; (2) a abertura desregrada do mercado nacional realizadas nos governos Sarney (1989), Collor (1990) e Cardoso (1994) e que continuou sendo a tônica até a atualidade com a queda das tarifas e outros mecanismos protecionistas da indústria nacional e que somado aos efeitos do câmbio valorizado reduziu ainda mais a proteção dela perante a concorrência global; (3) a taxa de juros elevada influencia a redução da taxa de lucros e inibe os investimentos[33]. Cano aponta que em 2012 a taxa de juros oficial (Selic) do Brasil era pouco mais de 8% o que fazia o empresariado nacional só investir em última instância, quando se via obrigado a fazê-lo[34]. Depois de altos e baixos acentuados na última década, a taxa de juros oficial (Selic) segue atualmente (2024) acima dos 10%; (4) fato comemorado por muitos economistas liberais, o crescimento do fluxo de investimento direto estrangeiro precisa ser estruturalmente analisado, pois, conforme Cano, "primeiro, deduz-se do fluxo total de capital estrangeiro o investimento em carteira, em títulos privados e na dívida pública, em geral, predominantemente, de caráter especulativo"[35].

A desindustrialização brasileira é hoje um desafio ainda maior de soberania diante das transformações produtivas (políticas, organizacionais e tecnológicas) e do consequente agravamento da competitividade internacional. Pesquisas macroeconômicas mais recentes mostram a intensificação desse processo depressivo da indústria de transformação nacional e apontam novos desafios com a reconfiguração-tensão geopolítica e com as mudanças nas relações comerciais brasileiras, com destaque ao protagonismo da China[36].

Sobre o contexto atual da desindustrialização brasileira, dados e reflexões importantes foram apresentados em texto da FGV IBRE, intitulado *À beira da extinção*. Sobre a participação

---

[32] CANO, A desindustrialização no Brasil, *cit.*, p. 834.
[33] *Ibidem*, p. 834-835. Além disso, Cano explica que "uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta, não cresce, tem dificuldades enormes de assimilar progresso técnico no dia a dia. Enfim, perde produtividade, novas oportunidades e competitividade, passando a ser forte entrave ao desenvolvimento econômico do país".
[34] *Idem*.
[35] *Idem*.
[36] CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana. À Beira da Extinção. *In:* FGV IBRE. *Textos para Discussão #6*. São Paulo: FGV IBRE, 2022.

da indústria de transformação no PIB, destaca-se que a preços correntes ela se reduziu de 36%, percentual que alcançou em 1985, para 11%, em 2021[37]. Conforme destacam Considera e Trece:

> a participação da indústria de transformação (doravante IT) no PIB, a preços correntes, cresceu vertiginosamente desde o início do processo de industrialização em 1939 (16,3%) até 1985 (35,9%); ou a preços constantes de 19,4 em 1939 para 22,6% em 1973. A partir desses auges, sua queda foi mais acentuada do que a subida naqueles 46 anos e a participação cai em 2021 para 11,3% ou 12,4 a preços constantes[38].

Evidencia-se o caráter precoce e nocivo desse processo, como destacou Cano[39], pela sua associação com outros fenômenos preocupantes para a indústria de transformação nacional. Ou seja, ele ocorreu associado (1) a uma renda per capita nacional muito abaixo de como ocorreu nos países desenvolvidos, (2) a uma queda sistemática da produtividade, (3) à perda de mercado doméstico para importações e (4) à perda de mercado para nossas exportações[40].

A perda da representatividade da indústria de transformação na pauta de exportação nacional se soma ao fato de ocorrer o recuo nas relações comerciais com três grupos de países economicamente importantes e que historicamente eram os principais destinos de exportações brasileiras: União Europeia, Estados Unidos e Argentina. Nos últimos anos, percebemos a redução da participação deles como destino das exportações nacionais. E, conforme Considera e Trece, esse fato torna o Brasil cada vez mais dependente da relação comercial com a China[41].

Em valores brutos, essa relação é positiva para o Brasil, pois majoritariamente superavitária, mas à longo prazo resulta em acirramento da dependência comercial com a China. Em 2009 o país oriental tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro e ano após ano aumenta o montante em valores das suas relações econômicas bilaterais. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2023 a relação comercial entre Brasil e China bateu um novo recorde e atingiu a marca de US$ 157,4 bilhões, um aumento de 4,9% em comparação ao ano de 2022. Além disso, foi registrado um *superávit* recorde em favor do Brasil, no total de US$ 51,1 bilhões em 2023[42].

---

[37] *Ibidem*, p. 3.
[38] *Ibidem*, p. 24.
[39] CANO, A desindustrialização no Brasil, *cit.*
[40] *Idem*. Considera e Trece sintetizam dados ilustrativos sobre os fenômenos 2, 3 e 4: "b. A produtividade da IT se esfarelou desde 2000, tal que em 2021 ela é apenas 86% do valor de 2000; c. A participação das importações na oferta doméstica de produtos da IT se eleva progressivamente desde 1997, quando era de 70,6% para 77,6% em 2021; d. Por sua vez a participação das exportações da IT como demanda se reduz fortemente de 75,0% em 1997 para 47,5% em 2021" - CONSIDERA; TRECE, À Beira da Extinção, cit., p. 24.
[41] CONSIDERA; TRECE, À Beira da Extinção, *cit.*, p. 25.
[42] REIS, Henrique. Comércio entre Brasil e China: 2023, um ano de recordes históricos. *Comex do Brasil*, Brasília, 9 jan. 2024.

Como sabemos que a soberania de uma nação tem sua base nas relações político-econômicas, a dependência comercial com a China é um fator estrategicamente preocupante, pois o bom desempenho da economia brasileira fica atrelado ao crescimento econômico chinês. Além do mais, as características da relação comercial entre os dois países resultam em especialização da pauta de exportações brasileiras em produtos primários e *commodities*. Por isso, a inquietação atual e a necessidade de atenção aos efeitos socioeconômicos e laborais da desindustrialização, da especialização econômica para atender interesses externos e da reprimarização econômica. Esse fenômeno é claramente observado quando analisamos os principais produtos comercializados entre Brasil e China.

A partir de dados da balança comercial entre os dois países no período de 1997 a 2022, analisados por Lima,

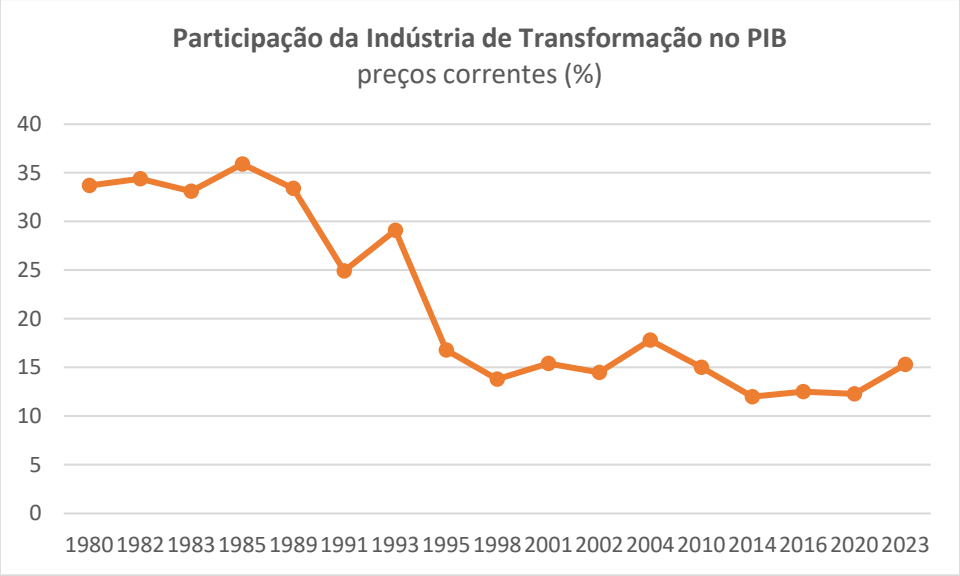
> observa-se que os quatro principais produtos na pauta de exportação foram soja (36%), minério de ferro (20%), petróleo bruto (18%) e carne bovina (8,9%), correspondendo a 82,9% do total exportado para a China. São produtos com baixo nível de agregação de valor e de tecnologia, além de serem *commodities*. A carne, apesar de classificada como indústria manufatureira, constitui produto com baixo nível tecnológico e de transformação industrial. (...) Já a pauta importadora é mais diversificada e constituída basicamente por produtos da indústria de transformação, que somam 99,7% do total[43].

O social desenvolvimentismo dos dois primeiros governos Lula, que resultaram em crescimento do PIB e da renda brasileira, e a política industrial do primeiro governo Dilma, com desoneração de encargos trabalhistas a diversos setores industriais e redução de IPI[44], não foram capazes de revigorar a indústria brasileira. Apesar das ações do executivo, ora focadas em medidas industrializantes e de soberania, os desafios político-econômicos internos e externos não permitiram retomar os índices pré-1990 de participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro entre 1980 e 2023.

[43] LIMA, Pedro Garrido da Costa. Evolução recente da balança comercial Brasil-China. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados*, 2023, p. 9.

[44] O primeiro governo Dilma se iniciou numa conjuntura econômica internacional desfavorável o que resultou no enfraquecimento da Política de Desenvolvimento Produtivo. Mesmo assim, instituiu-se no período de 2011-2014 o Plano Brasil Maior (PBM) focado no desenvolvimento industrial, tecnológico de serviços e de comércio exterior para impulsionar a inovação e a competitividade da indústria brasileira interna e externamente.



Fonte: CNI, com base em dados das Estatísticas Econômicas do Século XX, do Sistema de Contas Nacionais e das Contas Nacionais Trimestrais – IBGE[45] (Adaptado)

Diante (i) da conjuntura internacional desfavorável, pós-crise de 2008, (ii) da crise econômica que se instaurou no Brasil a partir de 2014 e resultante crise fiscal, e (iii) da pressão interna promovida pela oposição política, o governo Dilma alterou a estratégia econômica desenvolvimentista focada no fortalecimento do mercado interno e orientada para a soberania política e econômica, em direção a uma política recessiva de ajuste fiscal nos moldes da austeridade neoliberal dos anos 1990. Pinho detalha as consequências dessa mudança:

> A consequência da austeridade é a paralisação dos investimentos produtivos em prol da obtenção de um *superávit* primário para o pagamento dos juros da dívida pública e alimentar as práticas rentistas do setor financeiro. Este cenário marca o revigoramento do velho tripé macroeconômico dos anos 1990 – austeridade fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante. Esgota-se, portanto, a possibilidade de formulação de uma alternativa socialdemocrata diante da ruptura da coalizão política desenvolvimentista, que tinha as políticas sociais no cerne da estratégia nacional de desenvolvimento. O objetivo é enfatizar a direção equivocada que o Estado vem seguindo, a partir de sua rendição ao "austericídio" fiscal num quadro de resiliência do neoliberalismo e de financeirização da economia. Isto se materializa em cortes de programas sociais estratégicos (Minha Casa, Minha Vida), recessão econômica, agravamento do desemprego, deterioração da renda, retrocesso social da "Nova Classe Média" (Classe C) e falta de recursos nas áreas de saúde e educação públicas. Convém elucidar a paralisação de investimentos do PAC e a retração do papel do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que são indispensáveis à materialização de uma estratégia endógena de desenvolvimento[46].

[45] Mais detalhes acessar: CNI. Indústria da Transformação. *Sistema Indústria*, Brasília, 2024. Disponível em: https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-transformacao. Acesso em: 24 dez. 2024.

[46] PINHO, Carlos Eduardo Santos. Ascensão e Ocaso do Governo Dilma Rousseff à luz das Capacidades do Estado Brasileiro: usurpação democrática e corrosão do Estado do Bem-Estar Social (2011-2016). *In*: *9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política-ALACIP*, 2017, p. 19.

Com a instauração do Governo Temer em 2016, após o contestado processo de *impeachment* da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, aprofundam-se as medidas de austeridade com a finalidade de equilibrar as contas públicas, mas com efeitos sociais severos. A materialização desse processo está evidenciada na promulgação da PEC 241/55, (que instaura um teto de gastos públicos), da reforma trabalhista, da reforma da previdência e outras que limitam gastos públicos e sociais.

A guinada ao neoliberalismo e ao modelo político-econômico dependente se intensifica no Governo Bolsonaro, orientado pelo entendimento do "superministro" da economia, Paulo Guedes, de que o Brasil teria um excesso de gastos públicos e um excesso de intervenção do Estado na economia[47]. Apesar da Pandemia de Covid 19, que obrigou em alguns momentos o rompimento das medidas ortodoxas para o enfrentamento da crise sanitária, e da postura politicamente contraditória do Presidente Bolsonaro, a efetivação da Reforma Previdenciária em 2019, da *policy dismantling* (desmonte de políticas públicas) e da desestruturação do Estado – alinhada a interesses internos de grupos privilegiados e a interesses político-econômicos externos, com destaque ao alinhamento dependente com os EUA – são exemplos das medidas neoliberalizantes colocadas em prática nos Governos Temer e Bolsonaro. Nessa direção, Rossi destaca:

> O que está acontecendo, a partir deste governo [Bolsonaro] e do governo Temer, é uma mudança estrutural que retira instrumentos do Estado para atuação na economia e transferência de renda e retira direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores no conflito distributivo. Essas reformas, mais do que conservadoras, são desestruturantes do Estado, são reacionárias, elas voltam no tempo para trás da Constituição de 1988, que estabelece direitos. Neste sentido, o governo está cumprindo um papel histórico para a direita e as elites, que é transformar o Estado brasileiro, mas não está cumprindo o papel – e talvez nem tenha preocupação de fazer isso – de gerar crescimento e emprego no curto prazo[48].

3 O contexto global-local da soberania na atualidade

A partir da segunda década do nosso século, relacionado ao *continuum* dos efeitos depressivos da crise econômica de 2008 e à crise estrutural do capital[49], notamos reduzidas taxas de crescimento no capitalismo global, e o florescimento de políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico focadas nos setores produtivos. Apesar de o Estado-nação nunca ter deixado de ser central para a realização do sistema do capital, a crise do neoliberalismo pós-2008 impulsionou o Estado como peça fundamental na condução de

---

[47] ROSSI, Pedro. Brasil retoma radicalidade neoliberal abandonada pelo centro do sistema, diz economista. *Sul21*, Porto Alegre, 26 ago. 2019.
[48] *Idem*, grifo nosso.
[49] MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

projetos de desenvolvimento político-econômicos e tecnológicos de grande monta com foco em soberania[50]. Nesse sentido, Gerbaudo evidencia que o novo normal político é o *neoestatismo*, caracterizado por uma redefinição da globalização indiscriminada rumo a um novo modelo de integração seletiva e controlada e um novo consenso sobre a necessidade de um Estado mais intervencionista[51].

A crise do neoliberalismo, entretanto, não alterou todos os seus métodos – muitos deles, em localidades específicas, estão se intensificando – e, por enquanto, não há definição de um novo padrão de acumulação, mas, conforme destaca Crocco, representa o despertar de uma nova reestruturação produtiva do capitalismo[52].

A crise do neoliberalismo concentra-se, fundamentalmente, na articulação da lógica financeirizada da internacionalização do capital com os arranjos das cadeias globais de produção/valor consolidados a partir dos conglomerados político-econômicos hegemônicos no século passado (*e.g.* OMC, FMI, Banco Mundial e EU). A ascensão político-econômica da China, como a maior potência industrial do mundo, como a maior força de trabalho alocada nacionalmente, como uma das nações que mais avançam em desenvolvimento científico e tecnológico e como a nação que vem redefinindo rotas e formas do comércio exterior, tem provocado uma inflexão no capitalismo. Soma-se à essa ascensão chinesa uma série de eventos atuais que tensionam e redefinem as correlações de interesses/forças e os caminhos geopolíticos da globalização: o conflito entre EUA e China; a pandemia de Covid-19; a ascensão de blocos emergentes, como o BRICS; a guerra na Ucrânia que tensiona o conflito entre OTAN e Rússia; o alinhamento de forças no oriente e no Sul Global que gravitam a relação China-Rússia; a escalada dos conflitos no Oriente Médio a partir da Guerra Israel-Hamas.

O papel intervencionista do Estado, ora como empreendedor (como ator gerador de condições favoráveis ao capital), ora defensor dos interesses de soberania nacional (político-econômicos e militares), é mantido e revigorado, como, por exemplo, na construção de políticas nacionais industrializantes, diante da complexidade e dos altos custos e riscos relacionados ao avanço da inovação tecnocientífica e organizacional, e na dinâmica econômica e militar, diante de um mercado global concorrencialmente acirrado e de um capitalismo em meio à conflitos armados e guerras.

---

[50] Como exemplo, temos nos EUA em 2011 a *Advanced Manufacturing Partnership*, na Alemanha em 2013 a *Industrie 4.0*, Na França em 2016 a *Alliance Industrie du Futur*, na China em 2016 o *Made in China* 2025 (com novas fases previstas para 2035 e 2049).
[51] GERBAUDO, *O Grande Recuo*, *cit.*
[52] CROCCO, Metamorfoses da Globalização e a Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada, *cit.*

Em muitos países, esse papel empreendedor caminha lado a lado com políticas de austeridade e de contenção de gastos públicos (e sociais) como resposta ao baixo crescimento econômico e às resultantes crises fiscais. Mas, de forma geral e contrariando a lógica liberal ortodoxa que demanda ao capital privado as respostas às necessidades sociais, o Estado-nação é recolocado no centro desse processo e dele se espera a condução político-econômica e a segurança nacional[53], que pode assumir característica soberana, nacionalizante e popular, ou dependente e submissa a interesses nacionais elitistas e externos.

Apesar de ocorrerem no Brasil, a partir de 2015-2016, discussões ministeriais (*e.g.* MDIC e MCTI) voltadas à soberania industrial e ao incremento de novas tecnologias produtivas[54] – mimetizando políticas de outros países[55] –, no período de 2016 a 2022 notou-se mudanças na política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), resultando em redução dos instrumentos de apoio financeiro aos projetos de infraestrutura e, consequentemente, redução expressiva da escala de participação do banco no setor[56]. A partir

[53] Esse é um dos motivos de os Estados-nação apoiarem e impulsionarem suas empresas nacionais no mercado global e, também, o motivo de conflitos de interesse entre grandes empresas (conglomerados internacionais) e Estados-nação. Três exemplos de conflitos nessa seara ocorridos em 2024 são elucidativos: (1) A disputa entre EUA e China, materializada em projeto de lei sancionado pelo presidente Joe Biden, que determina o banimento do TikTok dos EUA caso a chinesa ByteDance não encontre um comprador local para gerir a plataforma. Apesar de as plataformas americanas, ainda mais numerosas no mundo, promovem modelos de negócio similares, os EUA alegam preocupação com a segurança nacional, pois o TikTok pode ter acesso a dados sensíveis dos usuários americanos e, consequentemente, compartilhá-las com o governo chinês; (2) a polêmica gerada com a retenção dos dividendos extraordinários da Petrobrás que resultou no conflito de interesse entre a estatal e seus acionistas e na, consequente, demissão do presidente da empresa Jean Paul Prates em maio de 2024; (3) o embate entre Elon Musk, dono do X (o antigo Twitter), e a justiça brasileira, em particular com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relacionado ao conflito de interesse entre a Plataforma X e decisões judiciais sobre *fake news*, discursos de ódio e perigos à democracia envolvendo a rede social.

[54] CROCCO, Fábio Luiz Tezini. O Brasil na Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada: Políticas, Ações E Desafios. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 47, n. 257, p. 576–600, 2022.

[55] *E.g. Manufatura Avançada* e *Indústria 4.0*, conforme publicações de relatórios, estratégias, agendas e planos de ação governamentais - BRASIL. Governo Federal, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Perspectivas de especialistas brasileiros sobre a manufatura avançada no Brasil: um relato de workshops realizado em sete capitais brasileiras em contraste com as experiências internacionais*. Brasília: MDIC/MCTIC, 2016ª. / BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação: 2016-2022: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Brasília: MCTIC, 2016b; BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil* – ProFuturo Produção do Futuro. Brasília: MCTIC, 2017 / BRASIL. Governo Federal, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Agenda Brasileira para a Indústria 4.0*. Brasília: MDIC, 2018. Disponível em: http://www.industria40.gov.br. Acesso em: 13 mai. 2021 / BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Plano de ação de CT&I para tecnologias convergentes e habilitadoras*. Volume IV - Manufatura Avançada. Brasília: MCTIC, 2020 / CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Indústria 4.0:* Arcabouço normativo para a implementação da Indústria 4.0 no Brasil. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2021. (Série Documentos Técnicos, 29).

[56] SILVA, Mauro Santos. Política Financeira do BNDES: Reconfiguração do Arranjo Institucional do Financiamento à Infraestrutura (2016-2020). *In*: GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023, p. 217-254.

do governo Temer, a orientação pró-mercado e a austeridade fiscal do setor público sustentou-se no argumento da "necessidade de redução do valor da dívida bruta federal, tendo o ajuste fiscal estrutural como condição necessária à retomada do crescimento econômico"[57]. Ou seja, apesar da necessidade de investir e desenvolver políticas de inovação tecnocientífica voltadas à indústria e aos serviços nacionais, de acordo com o contexto político internacional e com o acirramento da competitividade global, o entendimento do papel do Estado em parte do governo Dilma e nos governos Temer e Bolsonaro inviabilizaram o apoio governamental e financeiro necessários à efetivação qualificada de tais políticas de inovação produtiva.

Após dois governos que alicerçaram fundamentalmente suas políticas em princípios neoliberalizantes e dependentes, em 2023 o governo Lula, em seu terceiro mandato, buscou colocar em prática um projeto de reconstrução e transformação nacional com o objetivo de reverter o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas efetivado nos quatro anos do governo Bolsonaro, conforme destaca o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental[58]. Apesar de todas as amarras legais edificadas para promover as políticas de austeridade e de controle fiscal, principalmente a partir de 2016[59], e de um parlamento majoritariamente conservador, o novo governo propôs redefinir o fundamento da política a partir de um posicionamento nacionalista com foco na população mais vulnerável, no mercado interno e no reposicionamento do país na política e economia internacional[60].

Após um ano do governo Lula, percebemos índices positivos e a aprovação de reformas[61] com a finalidade de estimular o crescimento econômico, apesar das tensões com o Congresso e de um contexto político-econômico desfavorável. Apesar de ainda estarmos no início do governo, os índices econômicos de 2023 mostram a redução do desemprego e da

---

[57] GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. *In*: GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023, p. 31.

[58] GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. Brasília, 2022, p. 6.

[59] Costa Filho (2021) defende a tese de que o Brasil renunciou à soberania e à autonomia de conduzir sua política econômica quando implementou reformas de cunho liberal a partir de 1990 e ao associar-se ao capital financeiro aprofundou a dependência externa, desviou-se dos interesses nacionais, sociais e democráticos, dificultando o desenvolvimento do país. O autor destaca que já a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000 no governo de Fernando Henrique Cardoso, temos o estabelecimento de uma instrumentalização legal e jurídica, submissa aos interesses da financeirização econômica, que cria entraves ao investimento do Estado e que os governos de centro-esquerda posteriores não conseguiram reverter.

[60] GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, *Relatório final*, *cit.*, p. 7-8.

[61] *E.g.* (1) o novo arcabouço fiscal, (Lei Complementar nº 200), que substitui o teto dos gastos e estabelece novos parâmetros para as contas públicas e (2) a Reforma Tributária, debatida a três décadas e sancionada em dezembro de 2023, (Emenda Constitucional 132), construída e aprovada com o protagonismo do Ministro da Fazenda Fernando Haddad, que visa organizar e simplificar os tributos nacionais.

inflação, uma trajetória de queda de juros e um desempenho do PIB (2,9%)[62] melhor que o projetado pelo FMI (1,0%)[63]. Além disso, o FMI revisou para cima o PIB do Brasil, indicando crescimento de 2,2% em 2024 e prevendo o Brasil na 8ª posição do ranking das maiores economias do mundo[64].

No que tange às relações exteriores, o governo Lula busca retomar o protagonismo do Brasil na política internacional[65], rompendo com o posicionamento ideológico e dependente aos EUA, estabelecido no governo Bolsonaro. Em dezembro de 2023 o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 – o grupo das maiores economias do mundo – e em 2025 assume a presidência dos BRICS, o que amplia a projeção global do país. Esse reposicionamento pode ser notado, por exemplo, diante dos conflitos com os EUA, União Europeia e Israel, resultantes de declarações do Presidente e de entendimentos do governo contrários à Guerra na Ucrânia e à Guerra Israel-Hamas. Regionalmente, o Brasil busca fortalecer sua liderança na América Latina e enfrenta conflitos diretos com os governos de Daniel Ortega (Nicarágua) e Nicolás Maduro (Venezuela).

Apesar dos índices econômicos favoráveis no início do governo e do reposicionamento nas relações exteriores, há um desafio importante não enfrentado de forma substancial[66] nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores e que dificilmente será enfrentado no governo atual. No campo econômico, o desafio estruturante da soberania nacional encontra-se em fazer frente aos interesses do capital financeiro e reverter o processo de financeirização das políticas sociais[67]. Os ordenamentos legais e jurídicos sustentados em argumentos de base ortodoxa legitimam políticas de austeridade que impõem controles sobre as finanças do Estado[68]. Tais

---

[62] Mais detalhes sobre o desempenho do PIB brasileiro em 2023 ver: IBGE. O que é PIB?. *IBGE*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 24 dez. 2024.

[63] Mais detalhes sobre a projeção do FMI para o PIB brasileiro em 2023, publicado no *World Economic Outlook* (WEO) em outubro de 2022 ver: INFLAÇÃO e Incerteza. *Internacional Monetary Fund*, Washington, D.C, 2022. Disponível em: https://www.imf.org/pt/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022. Acesso em: 24 dez. 2024.

[64] Mais detalhes sobre a projeção do FMI para o PIB brasileiro em 2024, publicado no *World Economic Outlook* (WEO) em abril de 2024 ver: GLOBAL recovery is steady but slow and differs by region. *Internacional Monetary Fund*, Washington, D.C, 2024. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024. Acesso em: 24 dez. 2024.

[65] Em 2023 o Presidente Lula visitou 24 países e passou 75 dias no exterior.

[66] Lapyda (2019) afirma que apesar de o receituário neoliberal ter sido revertido em alguns pontos específicos durante os governos Lula (2003-2010), a financeirização da economia avançou durante esse período, com severas consequências aos posteriores governos Dilma, e empoderou os grupos ligados aos interesses bancários-financeiros que conservaram sua hegemonia.

[67] LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto Montani; GONÇALVES, Guilherme Leite; WAEYNBERGE, Elisa Van (orgs.). *Financeirização:* crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

[68] COSTA FILHO, Samuel. *Lei de Responsabilidade Fiscal*: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

ordenamentos alinham a economia do país à globalização financeira capitalista e, nessa direção, favorecem o rentismo e liberam receitas para a remuneração do capital. Como consequência, políticas com foco em ajuste fiscal restritivo – sustentadas no tripé de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante –, impõem a redução de gastos públicos, aumentam a dívida pública e reduzem a capacidade de investimento social e a atuação estratégica do Estado.

Longe de ser promovido no contexto brasileiro atual, o questionamento da financeirização e do modelo econômico que ela impõe é fundamental para a promoção da soberania. Os interesses político-econômicos dos países desenvolvidos, onde essas políticas soberanas são mais comuns, são os mesmos que pressionam e impõem a financeirização das economias semiperiféricas e periféricas, por isso, países do Sul Global tendem a ter maior dificuldade de enfrentar os interesses externos e internos relacionados ao capital financeiro para a promoção de suas próprias soberanias. Assim, a edificação de políticas nacionais soberanas no Brasil depende do apoio político de base que sustente o enfrentamento dos interesses passageiros e aventureiros do rentismo especulativo financeiro e recoloque no centro da discussão política uma concepção atualizada de desenvolvimento focada na coletividade e nos desafios político-econômicos, ambientais e sociais mais urgentes.

Atualmente, os principais desafios ordinários do governo Lula para a condução de políticas soberanas encontram-se em negociar com o Congresso – majoritariamente de centro e direita – e aumentar a arrecadação e a capacidade de atuação do Estado diante do novo arcabouço fiscal (NAF) – e de uma economia internacional e nacional deprimidas – e, com isso, viabilizar as políticas públicas governamentais.

Dentre as iniciativas propostas pelo governo Lula até o momento, duas, que retomam fundamentos de desenvolvimento nacional e estão relacionadas a concepção de soberania, são o Novo PAC[69] e o programa Nova Indústria Brasil[70]. Focadas em desafios e oportunidades nacionais e contextualizadas em iniciativas internacionais de desenvolvimento induzidas pelo Estado, o Novo PAC e a Nova Indústria Brasil objetivam, de modo geral, enfrentar problemas históricos e persistentes de infraestrutura, o processo precoce de desindustrialização nacional,

---

[69] Focado em infraestrutura o Novo PAC objetiva investir R$ 1,7 trilhão em oito eixos. Mais detalhes sobre o Novo PAC acessar: BRASIL. Casa Civil. Conheça o Plano Novo PAC. *Gov*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano. Acesso em: 24 dez. 2024.

[70] Apensar de muito abaixo dos investimentos dos países desenvolvidos, a Nova Indústria Brasil (NIB) prevê um aporte de R$ 300 bilhões com foco em seis missões relacionadas à ampliação da autonomia, à transição ecológica e à modernização do parque industrial brasileiro. Mais detalhes sobre o programa Nova Indústria Brasil acessar: BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Missões da CNDI. *Gov*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/missoes. Acesso em: 24 dez. 2024.

vigente desde a última década do século XX, e a resultante perda de produtividade e competitividade do setor produtivo.

Elaborada no primeiro ano de mandato do governo Lula pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), sob a condução do vice-presidente Geraldo Alckmin, e lançada em janeiro de 2024, a Nova Indústria Brasil (NIB) visa alinhar o Brasil às políticas externas focadas em ciência, tecnologia e inovação para fortalecer os setores produtivos. Ou seja, essa nova política industrializante segue o movimento de políticas robustas e complexas construídas em outras nações que almejam incorporar competitividade e despontar como vanguarda produtiva (científica, tecnológica e organizacional), como é o caso da *Industrie 4.0* na Alemanha e a *Advanced Manufacturing* nos EUA.

Na perspectiva interna, a NIB resgata e atualiza esforços realizados nacionalmente por diferentes agentes (ministeriais, públicos e privados) desde 2015, que produziram planos, políticas, relatórios e materiais diversos atentos às mudanças do contexto político-econômico global (de crise, acirramento da competitividade e reestruturação produtiva) e que geraram *know-how* para a consolidação da proposta[71].

A nova política industrial incorpora os desafios e oportunidades do Brasil nas seis missões prioritárias que a compõe[72]. Tais missões focam em desafios e iniquidades nacionais com a finalidade de torná-las guias para uma neoindustrialização *sui generis* que atenda com maior autonomia e soberania às demandas nacionais, fortaleçam as empresas industriais brasileiras e estimulem setores com grande protagonismo internacional (*e.g.* agronegócio) e com potencialidade de sustentabilidade e negócios verdes (*e.g.* fontes alternativas e renováveis de energia, bioeconomia e descarbonização).

O programa Nova Indústria Brasil busca alinhar-se ao movimento internacional de aquisição de soberania socioeconômica e produtiva e foca no enfrentamento de nossos desafios sociotécnicos e no aproveitamento das oportunidades que o momento atual apresenta. Mas, para o sucesso de um programa como esse, é preciso enfrentar e superar problemas historicamente recorrentes relacionados às políticas industriais e tecnológicas no Brasil, como, por exemplo, (i) falta de recursos financeiros e humanos, (ii) falta de coordenação de alto nível, (iii) institucionalidade frágil, (iv) políticas sem definição de prioridades, (v) decisões que não são

---

[71] CROCCO, O Brasil na Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada, *cit*.

[72] A NIB é uma política industrial sustentada em seis missões prioritárias. São elas: 1. Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; 2. Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; 3. Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades; 4. Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; 5. Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações; 6. Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

efetivamente implementadas, (vi) falta de articulação entre instituições endógenas do setor público e (vii) falta de cooperação efetiva entre instituições do setor público, privado (destaque para o empresariado industrial), acadêmico, trabalhista e da sociedade civil organizada[73].

4 Soberania laboral e soberania digital

As políticas econômicas infraestruturais e industrializantes elaboradas a partir de 2023 resgatam princípios de soberania produtiva e objetivam reposicionar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico, mas, diante da reestruturação político-econômica global em processo, faz-se necessário romper com o ideário neoliberal e com a resultante financeirização da economia brasileira, responsável pela concentração de riqueza, aumento das desigualdades e endividamento das famílias, e, assim, focar esforços objetivos em questões urgentes e estruturantes para a sociedade atual e futura. Por isso, discutirei nesta parte final duas questões que estão na base da soberania socioeconômica e produtiva, que alicerçam importantes discussões na atualidade e que são hoje grandes desafios a serem enfrentados nacional e internacionalmente pelo Estado brasileiro para a promoção de uma sociedade mais justa, autônoma e resiliente: (1) a *soberania laboral* (trabalho, emprego e renda) e (2) a *soberania digital*.

O que denomino como soberania laboral refere-se à capacidade nacional de gerar trabalho, emprego e renda em condições dignas e favoráveis de direitos para a satisfação das necessidades imediatas e futuras dos/as trabalhadores/as. Representa a potencialidade de os/as trabalhadores/as encontrarem oportunidades de formação, trabalho, emprego e renda no contexto social onde estão inseridos e terem condições de se autodeterminarem a partir de suas escolhas e de sua própria força de trabalho. A promoção dessa soberania não é de responsabilidade única e exclusiva dos/as trabalhadores/as, como defendem os valores meritocráticos e neoliberais, mas também do Estado, das empresas e de uma gama de agentes públicos e privados atuantes na viabilização de condições políticas, econômicas e legais favoráveis.

Porém, muitos são os desafios concretos para a efetivação dessa soberania, dentre eles estão desafios históricos do Brasil relacionados a uma classe trabalhadora heterogênea, segmentada e polarizada com alto grau de desigualdade formativa, de capacitação, de renda e de direitos. Embora notemos nos anos pós-pandemia uma redução da taxa de desemprego no

---

[73] CROCCO, O Brasil na Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada, *cit.*; VERMULM, Roberto. *Políticas para o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil*. Brasília: Instituto De Estudos Para o Desenvolvimento Industrial, 2018, p. 22.

Brasil, as taxas de informalidade, subemprego e precariedade continuam muito elevadas e as reformas trabalhistas aprovadas em 2017, (Lei 13.429 e Lei 13.467), não resultaram nos efeitos apregoados pelos seus defensores, e como fora previamente alertado por estudiosos da área[74], elas aprofundaram a flexibilização dos contratos e a fragilização dos direitos.

Diante do despertar de uma nova reestruturação produtiva, que já demonstra gerar ainda mais flexibilização (*e.g.* via *plataformização* e *uberização do trabalho*), eliminação de empregos e mudanças na natureza do trabalho (*e.g.* via automação e popularização das ferramentas de inteligência artificial), a questão laboral clama por atenção, pois é ela que assegura condições básicas de redistribuição da riqueza socialmente produzida na forma de renda e, consequentemente, condições mínimas necessárias de vida à maior parte da população. No contexto atual, a geração de emprego e renda não são mais, necessariamente, uma consequência lógica do crescimento econômico e do investimento em infraestrutura e em setores produtivos, pois a nova matriz tecnocientífica e organizacional, pautada na digitalização, integração e automação dos processos produtivos e dos serviços, tende a acirrar a redução de custos empresariais e de trabalho. Assim, um país como o Brasil, (com uma população economicamente ativa pouco escolarizada[75], fortemente atuante em empregos de baixa qualificação, em trabalhos produtivos manuais e repetitivos, em serviços do varejo e em serviços de baixa complexidade tecnológica), deve promover esforços significativos para romper com essa limitada e desfavorável condição produtiva e sociolaboral, para não sofrer ainda mais com as consequências infaustas do novo patamar de competitividade global, da redução de oportunidades de trabalho, emprego e renda e do agravamento das desigualdades sociais internas.

Na atualidade, a digitalização, a conectividade e a automação, pautadas na robótica e na inteligência artificial, tem se tornado meios cruciais para a produção, o trabalho, a sociabilidade e a comunicação em geral. A transformação tecnológica atual, impulsionada pela RPMA[76], trouxe impactos significativos às soberanias nacional e popular, pois estão diretamente articuladas à soberania digital e são dela codependentes. Ou seja, o exercício do

---

[74] Os alertas e mobilizações contra as Reformas Trabalhistas realizadas pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) são bons exemplos. Mais detalhes ver: MANIFESTO contra a Reforma Trabalhista. *CESIT*, Campinas, 2016. Disponível: https://www.cesit.net.br/manifesto-contra-a-reforma-trabalhista/. Acesso em: 24 dez. 2024.

[75] Segundo o levantamento *Education at Glance*, elaborado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado no final de 2021, apenas 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior. Mais detalhes acessar: OCDE. Directorate for Education and Skills. *OECD*, Paris, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm/?refcode=20190209ig. Acesso em: 24 dez. 2024.

[76] CROCCO, Metamorfoses da Globalização e a Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada, *cit*.

poder, da liberdade, da autonomia e da autodeterminação, que fundamentam a concepção de soberania e democracia, passam necessariamente pela construção, determinação, controle e regulamentação das tecnologias digitais, telemáticas e algorítmicas. Portanto, diante da intensificação dos fluxos de dados, informações e comunicações, a discussão da produção, aplicação e uso das tecnologias digitais tornou-se central para a discussão da soberania[77]. Assim, de acordo com Crocco, Cruz e Saraiva:

> A soberania digital refere-se à autonomia e ao controle que um país possui sobre seus próprios dados, informações e infraestrutura digital, garantindo que suas políticas, leis e regulamentações sejam aplicadas sem interferência de empresas estrangeiras ou de infraestrutura externa. Isso envolve o domínio e a gestão de recursos tecnológicos essenciais, bem como a capacidade de definir normas, regulamentações e políticas relacionadas à tecnologia[78].

Na mesma direção, Kaufman destaca:

> Soberania Digital refere-se à capacidade dos Estados em assegurar o controle sobre o ambiente on-line (ciberespaço), ou seja, garantir que as suas regras sejam respeitadas pelos diversos intervenientes no mundo on-line; a expressão concerne ao controle dos dados, padrões e protocolos, processos, serviços e infraestrutura. Esse controle é fragilizado pelo fato de que o desenvolvimento e a implementação das tecnologias e serviços digitais no ocidente estão sob o domínio das *big techs* americanas[79].

Em 2022 foi entregue ao ainda candidato Lula uma Carta pela Soberania Digital[80], escrita e assinada por pesquisadores e especialistas do campo digital de instituições públicas e privadas, e nela constava um Programa de Emergência para o setor focado na perspectiva digital, popular e democrática[81]. Na contextualização da Carta, os pesquisadores apontam que as tecnologias digitais podem ampliar as desigualdades e aprofundar a dependência do país ao grande capital internacional e às orientações tecnológicas das consultorias internacionais ligadas às *Big Techs*. Essa dependência resulta em controle da oferta de tecnologias pelas empresas transnacionais e redução do mercado e das oportunidades criadas e produzidas no

---

[77] BARBOSA, Alexandre Costa. A soberania digital sustentável como base para o futuro da internet. *ComCiência*, Unicamp/Campinas, dez. 2022; MOROZOV, Evgeny. Desafiando o poder das Big Techs: soberania tecnológica e futuros digitais alternativos. *Palestra proferida no evento Encontro com Evgeny Morozov*. CGI: São Paulo, 28 ago. 2023; POHLE, Julia; THIEL, Thorsten. Soberanía digital. *Revista Latinoamericana de Economía y Sociedad Digital*, n. Especial, 2022. SILVEIRA, Sergio Amadeu. Não haverá soberania digital sem o Estado. *OutrasPalavras*, São Paulo, 06 set. 2023.

[78] CROCCO, Fábio Luiz Tezini; CRUZ, Leonardo. Ribeiro; SARAIVA, Filipe. O papel da engenharia na construção da soberania digital do Brasil. *No prelo*.

[79] KAUFMAN, Dora. Democracia e soberania digital. *Revista Época Negócios*, Rio de Janeiro, 06 out. 2023.

[80] Mais detalhes sobre a Carta e o Programa de Emergência para a soberania digital ver: PROGRAMA de Emergência para a soberania digital. *Carta Soberania Digital*, 2024. Disponível em: https://cartasoberaniadigital.lablivre.wiki.br/carta/. Acesso em: 24 dez. 2024.

[81] MOROZOV, Desafiando o poder das Big Techs, *cit*.

país. Além disso, a Carta denuncia a postura nacional subordinada e passiva diante da lógica do capitalismo de vigilância[82]:

> Dados sensíveis e de grande valor econômico de diversos segmentos da nossa população não podem continuar sendo extraídos do país para alimentar os sistemas algorítmicos das grandes plataformas digitais, que os utilizam para nos vender produtos e serviços em condições assimétricas e abusivas. Na raiz dos arranjos de vigilância e coleta de dados, que guiam o modelo de negócio das grandes plataformas internacionais de tecnologia, estão processos de extração de conhecimentos e informações, os quais acentuam e potencializam relações de exploração do trabalho e de contratos comerciais[83].

A partir desse contexto, o programa emergencial de soberania digital, democrática e popular envolve dentre outras medidas: (1) a criação de infraestrutura federada para a hospedagem dos dados das universidades e centros de pesquisa brasileiros, conforme a LGPD; (2) a criação de *frameworks* para soluções de Inteligência Artificial, seja para o setor público ou privado; (3) o incentivo e financiamento à criação de *datacenters* que permitam manter dados em nosso território e aplicar soluções de IA que estimulem e beneficiem a inteligência coletiva local e regional; (4) a formação de equipes multidisciplinares para a prospecção de tecnologias e experimentos tendo como princípios a tecnodiversidade e formação de recursos humanos; (5) o incentivo e o financiamento de arranjos tecnológicos locais para desenvolver soluções que visem superar a precarização do trabalho trazida pelas *Big Techs*; (6) o apoio e o financiamento para a criação de cooperativas de trabalhadores/as, que possam desenvolver e controlar plataformas digitais de prestação de serviços, assim como outros arranjos que evitem a concentração de poder tecnológico, tanto em empresas estrangeiras como nacionais; (7) programas interdisciplinares de formação, inclusive ética, e de permanência de cientistas e técnicos, implantando e financiando centros de desenvolvimento para a criação e desenvolvimento de soluções de IA, de automação, robótica, computação quântica, desenvolvimento local de *chips*, redes de comunicação de alta velocidade entre outros; (8) a utilização do poder de compra da União para incentivar o atendimento das necessidades tecnológicas do país, bem como fomentar soluções interoperáveis com *software livre*, e outras formas abertas de desenvolvimento e compartilhamento de tecnologia; (9) o resgate e a recuperação da Telebras, organizando um levantamento dos bens reversíveis que estão

---

[82] ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015.

[83] Mais detalhes sobre a Carta e o Programa de Emergência para a soberania digital ver: Programa de Emergência para a soberania digital, *cit.*

subvalorizados e em poder das teles e implementando uma política de redução das assimetrias e desigualdades digitais[84].

Nota-se, portanto, que o posicionamento interno e externo digitalmente soberano do Brasil depende, dentre outros fatores, (i) do aumento dos investimentos em pesquisa, tecnologia e infraestrutura, (ii) do incentivo à inovação e à geração de novas oportunidades de emprego, trabalho e renda (dignos e tecnológicos), (iii) do desenvolvimento de capacidades formativas e digitais de sua população e (iv) do foco no bem-estar coletivo e na redução do racismo algorítmico, das segregações e das desigualdades.

5 Considerações finais

Apesar de focarmos nossas reflexões finais nas soberanias laboral e digital, numa perspectiva ampla, inclusiva, popular e democrática, a soberania nacional se desdobra em muitas outras que se articulam entre si, como, por exemplo, a alimentar, a socioambiental, a sanitária, a infraestrutural, a das relações exteriores e a da defesa, porém, o escopo limitado deste artigo inviabiliza maiores considerações. Todavia, diante da nova conjuntura global e dos desafios que se avizinham, consideramos aquelas fundamentais para a soberania socioeconômica e produtiva da atualidade e condição para uma nação mais igualitária, justa e autônoma.

É importante reforçar, que, diante das grandes transformações atuais pautadas na RPMA, na crise do neoliberalismo e na ascensão do chamado neoestatismo, o esforço pela soberania se afaste das alternativas autocráticas e elitistas e esteja atento às novas formas de dominação e dependência políticas, financeiras e corporativas, hoje imbricadas direta e indiretamente às disputas geopolíticas, econômicas e às grandes empresas de tecnologia (*Big Techs*).

Nesse sentido, é preciso resgatar a história e rememorar que a partir da primeira metade do século XX o Brasil aproveitou o contexto interno e externo para criar uma *posição de barganha* na economia mundial e na organização internacional de poder a partir da industrialização e de políticas desenvolvimentistas e estratégicas induzidas pelo Estado. Hoje, a conjuntura global e os desafios nacionais são outros, exigindo atenção a novos desafios (socioambientais, climáticos, bélicos, humanitários, dentre outros), mas os ensinamentos históricos e a avaliação crítica dos resultados e dos limites das políticas pregressas devem guiar novas estratégias de soberania. Dentre elas, conforme discutimos neste artigo, promover o

[84] *Idem*.

desenvolvimento científico-tecnológico e produtivo, produzir e manter aqui as oportunidades econômicas, os bons empregos e os dados, fundamentais para a transformação digital e substrato para entendermos quem somos enquanto coletividade, para analisarmos de forma preditiva e autônoma nossas adversidades e para construirmos soluções para nossos próprios problemas. E, sobretudo, com base na fala ainda atual de Fernandes, não apenas produzir riqueza, mas retê-la e distribuí-la[85].

[85] FERNANDES, Padrões de dominação externa na América Latina, *cit*., p. 20.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: GENTILI, Paolo; SADER, Emir. (Org.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARBOSA, Alexandre Costa. A soberania digital sustentável como base para o futuro da internet. *ComCiência*: Unicamp/Campinas, dezembro/2022. Disponível em: https://www.comciencia.br/a-soberania-digital-sustentavel-como-base-para-o-futuro-da-internet/#:~:text=A%20soberania%20digital%20como%20elemento%20convergente&text=Para%20evitar%20a%20fragmenta%C3%A7%C3%A3o%20da,com%20quem%20j%C3%A1%20atua%20nesta. Acesso em: 12 jun. 2024.

BORGES, Bruno. Desenvolvimento e Autonomia: o Brasil e a Tecnologia de Informação em Perspectiva Histórica Comparada. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 8, p. 77-100, 2011. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=127&sid=16. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Conheça o Plano Novo PAC. *Gov*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano. Acesso em: 24 dez. 2024.

BRASIL. Governo Federal, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Perspectivas de especialistas brasileiros sobre a manufatura avançada no Brasil: um relato de workshops realizado em sete capitais brasileiras em contraste com as experiências internacionais*. Brasília: MDIC/MCTIC, 2016a.

BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação: 2016-2022: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Brasília: MCTIC, 2016b.

BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil – ProFuturo Produção do Futuro*. Brasília: MCTIC, 2017.

BRASIL. Governo Federal, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Agenda Brasileira para a Indústria 4.0*. Brasília: MDIC, 2018. Disponível em: http://www.industria40.gov.br. Acesso em: 13 mai. 2021.

BRASIL. Governo Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Plano de ação de CT&I para tecnologias convergentes e habilitadoras. Volume IV - Manufatura Avançada*. Brasília: MCTIC, 2020.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Missões da CNDI. *Gov*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/missoes. Acesso em: 24 dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil*: sociedade, economia e estado desde a Independência. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 1999.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, p. 831-851, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273. Acesso em: 12 jun. 2024.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Indústria 4.0:* Arcabouço normativo para a implementação da Indústria 4.0 no Brasil. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2021. (Série Documentos Técnicos, 29).

CNI. Indústria da Transformação. *Sistema Indústria*, Brasília, 2024. Disponível em: https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-transformacao. Acesso em: 24 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). *Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia* – volume I: Engenharias/ Vanderlí Fava de Oliveira (org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.

CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana. À Beira da Extinção. *In:* FGV IBRE. *Textos para Discussão #6*. São Paulo: FGV IBRE, 2022. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/aae80938-6e86-4137-b527-21329d1b944a. Acesso em: 12 jun. 2024.

COSTA FILHO, Samuel. *Lei de Responsabilidade Fiscal*: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Metamorfoses da Globalização e a Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 46, n. 253, p. 359–387, 2021. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/972. Acesso em: 12 jun. 2024.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. O Brasil na Reestruturação Produtiva da Manufatura Avançada: Políticas, Ações e Desafios. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 47, n. 257, p. 576–600, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p576-600. Acesso em: 12 jun. 2024.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini.; CRUZ, Leonardo. Ribeiro.; SARAIVA, Filipe. O papel da engenharia na construção da soberania digital do Brasil. *No prelo*.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. *In*: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. Brasília, 2022.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa e Debate*, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/12029. Acesso em: 12 jun. 2024.

GERBAUDO, Paolo. *O Grande Recuo:* a política pós-populismo e pós-pandemia. Trad. Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.

GLOBAL recovery is steady but slow and differs by region. *Internacional Monetary Fund*, Washington, D.C, 2024. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024. Acesso em: 24 dez. 2024.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. *In*: GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

IBGE. O que é PIB?. *IBGE*, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 24 dez. 2024.

INFLAÇÃO e Incerteza. *Internacional Monetary Fund*, Washington, D.C, 2022. Disponível em: https://www.imf.org/pt/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022. Acesso em: 24 dez. 2024.

KAUFMAN, Dora. Democracia e soberania digital. *Revista Época Negócios*, Rio de Janeiro, 06 out. 2023. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/colunas/iagora/coluna/2023/10/democracia-e-soberania-digital.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2024.

LAPYDA, Ila. *Financeirização no Brasil nos anos Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2019, 236 f.

LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto Montani; GONÇALVES, Guilherme Leite; WAEYNBERGE, Elisa Van (orgs.). *Financeirização*: crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

LIMA, Pedro Garrido da Costa. Evolução recente da balança comercial Brasil-China. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados*, 2023. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/41211/evolucao_balanca_lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jun. 2024.

MANIFESTO contra a Reforma Trabalhista. *CESIT*, Campinas, 2016. Disponível: https://www.cesit.net.br/manifesto-contra-a-reforma-trabalhista/. Acesso em: 24 dez. 2024.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOROZOV, Evgeny. Desafiando o poder das Big Techs: soberania tecnológica e futuros digitais alternativos. *Palestra proferida no evento Encontro com Evgeny Morozov*. CGI: São Paulo, 28 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UqdIGmA1zh0. Acesso em: 12 jun. 2024.

OCDE. Directorate for Education and Skills. *OECD*, Paris, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm/?refcode=20190209ig. Acesso em: 24 dez. 2024.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Ascensão e Ocaso do Governo Dilma Rousseff à luz das Capacidades do Estado Brasileiro: usurpação democrática e corrosão do Estado do Bem-Estar Social (2011-2016). *In*: *9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política-ALACIP*, 2017. Disponível em: https://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjIwNTgiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNGI0N2NlN2E4NzU5ZTlmZWQzYjg1MDM0NGI3ZjM5MDYiO30%3D. Acesso em: 12 jun. 2024.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

POHLE, Julia; THIEL, Thorsten. Soberanía digital. *Revista Latinoamericana de Economía y Sociedad Digital*, n. especial, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.53857/OLMH2516. Acesso em: 12 jun. 2024.

PROGRAMA de Emergência para a soberania digital. *Carta Soberania Digital*, 2024. Disponível em: https://cartasoberaniadigital.lablivre.wiki.br/carta/. Acesso em: 24 dez. 2024.

REIS, Henrique. Comércio entre Brasil e China: 2023, um ano de recordes históricos. *Comex do Brasil*, Brasília, 9 jan. 2024. Disponível em: https://comexdobrasil.com/comercio-entre-brasil-e-china-2023-um-ano-de-recordes-historicos/#:~:text=Uma%20mat%C3%A9ria%20publicada%20no%20Valor,US%24%2098%2C8%20bilh%C3%B5es. Acesso em: 12 jun. 2024.

ROSSI, Pedro. Brasil retoma radicalidade neoliberal abandonada pelo centro do sistema, diz economista. *Sul21*, Porto Alegre, 26 ago. 2019. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/08/brasil-retoma-radicalidade-neoliberal-abandonada-pelo-centro-do-sistema-diz-economista/. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, Mauro Santos. Política Financeira do BNDES: Reconfiguração do Arranjo Institucional do Financiamento à Infraestrutura (2016-2020). *In:* GOMIDE, Alexandre de Ávila; MORAIS DE SÁ E SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. – Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Não haverá soberania digital sem o Estado. *OutrasPalavras*, São Paulo, 06 set. 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/nao-havera-soberania-digital-sem-o-estado/. Acesso em: 12 jun. 2024.

VERMULM, Roberto. *Políticas para o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil*. Brasília: Instituto De Estudos Para o Desenvolvimento Industrial, 2018. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20180710_politicas_para_o_desenvolvimento_da_industria_4_0_no_brasil.html. Acesso em: 12 jun. 2024.

VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática:* uma análise sobre formulação da política exterior. São Paulo: Alfa Omega/Edusp, 1995.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1057/jit.2015.5. Acesso em: 12 jun. 2024.

Como citar este artigo: CROCCO, Fábio. Soberania, economia e sociedade: um panorama histórico do Brasil e desafios atuais. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1–30, 2024.

Recebido em 14.06.2024

Publicado em 24.12.2024

CC BY 4.0 Atribuição 4.0 Internacional